

A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

ALCINDO DIAS PEREIRA

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165—Composto e impresso na Tipografia de A VELHA GUARDA: Rua 31 de Janeiro, 165—GUIMARÃES

ESTE NÚMERO FOI VISADO
PELA COMISSÃO DE CENSURA.

O Regimento

É assunto arrumado e decidido. O regimento de infantaria 20, há 42 anos em Guimarães, de tam nobres tradições aqui arreigadas, a que a terra sempre votou o maior dos carinhos e de que tanto se orgulhava, não é hoje mais do que uma sandosa recordação. Infantaria 20 já não é de Guimarães.

Veio a ordem, veio a moral, veio a competência para as rédias do governo e o regimento retirou como medida de ordem, de moral e de técnica que, provavelmente, há muito se impunha.

E, porque assim é, ou deve ser, Guimarães assiste com toda a indiferença e sem dor, à amputação de um dos seus elementos constitutivos, que não era só uma fonte de desenvolvimento económico, mas, sobretudo, um legítimo título de glória. Onde quer que tremulou no fragor das batalhas a bandeira do 20, vibrou a alma de Guimarães.

Mas... a alma de Guimarães, o brio, o valor, o entusiasmo, o panache desta terra... que é disso hoje?

Se, numa luta eleitoral, em dia de eleição renhida, qualquer desses vulgares incidentes da trica eleicoeira surgisse, da parte de qualquer facção que não fosse a monárquica... Jesus! o que aí não iria!... Os sinos tocariam a rebate, as fábricas apitariam com fúria, os operários seriam agulados para a praça pública, e as cabeças dos supostos autores do inofensivo incidente correriam sérios riscos. Guimarães levantar-se-ia em peso; os comícios improvisar-se-iam a cada canto, a multidão bramiria, o comércio fechava, as fábricas suspendiam o seu labor, deixando só o apito a funcionar.

Tira-se-nos o regimento? Que tem isso? A Associação Comercial, cuja direcção acéfala nunca sabe quando há-de reunir ou dispersar, e anda, às cegas, à procura de pretextos para funcionar, provoca uma reuniãozinha familiar, ali à noite, no seu palacete, vai a seguir em doce passeiata até ao largo da Oliveira, ouve, contrita, um sermão ao sr. Guilhermino, e volta para casa muito sossegadamente, para dormir, regaladamente também, com a sua missão cumprida.

Organiza-se uma comissão para ir a Lisboa. O ministro, em lugar de lhe marcar audiência, manda dizer que se deve evitar, por desnecessária, tal viagem, porque o que está feito, feito está. A Comissão, no entanto, sempre vai, porque alguns dos seus membros gostam de passear e outros teem por lá interesses particulares de que cuidar. Voltam como foram. Um grupo telegrafista que já tínhamos antes da Comissão seguir e um telegrama anunciando a esmola de um hipotético destacamento de infantaria 8, como em ocasião de romaria de S. Torcato.

E Guimarães acha bem.

Suponhamos que a retirada do regimento sucedia em tempo normal, em ocasião, por exemplo, em que o partido democrático estivesse no poder.

Que horror! Temos a certeza de que o deputado por Guimarães nunca mais aqui poderia voltar, porque seria corrido e vaiado. A Câmara teria que depôr o seu mandato e difícil seria aos partidos da República tornarem a vencer umas eleições neste concelho.

Conclusões: são tam tristes, que nos repugna, como vimaranenses, destaca-las à luz do sol. Temos pena da nossa terra. Tantos vezes se tem dito, e vê-se que é bem verdade, que o povo tem o governo que merece. Por assim o compreender é que a comissão administrativa se não demite, e não receia que os vimaranenses lhe dêem o destino que a sua atitude indica. Em Guimarães, o brio acabou-se. Inteligência não há. Só estúpido comodismo. É o não te rales da ignorância. Se os donos das fábricas apitam e mandam encerrar os estabelecimentos, tudo fecha. Se não apitam, tudo fica sossegado. Ouvem dizer que isto do regimento saír lhes traz prejuízo; mas, como olham para as burras e ainda as vêem intactas, não se amofinam. Só teem pena da música, mas tudo se remedeia: a Câmara paga à dos Guises para as meninas terem pretexto de namorar às quintas e domingos no jardim. E pronto: o resto é política dos jornais.

Se os factos são assim, valerá a pena mantermo-nos na brecha? Será possível regalarizar um cadáver que se corrompe? Poderemos fazer ressuscitar os vimaranenses que nos deram honra e glória? Como transmitir o calor do nosso bairrismo à massa plúmbea e inerte de um povo que tam facilmente abdica?

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO

Vimos tristes. Ninguém mais do que nós desejava ver a Sociedade Martins Sarmento prestigiosa e próspera. Não pertencemos à pléiade ilustre que a criou e lhe deu glória durante tantos anos, mas muito da nossa infância por ali passou, no tempo em que a Sociedade acolhia, com carinho, todas as crianças, mesmo as que pertenciam à humildade de onde viemos. Dificilmente nos poderão fazer acreditar que alguém, mais do que nós, a queria ver progredir e reatar as suas antigas e tam belas tradições. É por isso que nos entristece o palavriado com que um dos seus directores actuais, no órgão monárquico desta cidade, jornal que, naturalmente, lhe estava indicado, vem responder às observações que, a propósito de um novo contrato a estabelecer entre a Câmara e a Sociedade, publicamos em dois dos nossos últimos números. Que pobreza de estilo, de gramática e de argumentação para um director da Sociedade Martins Sarmento!

Não somos daqueles que exigem primores de linguagem e de lógica para quem escreve em jornais. Sentimo-nos, a nós próprios, muito fracos para que nos revista a autoridade de critica sob tal aspecto. Mas, um director da Sociedade, que ostenta o nome de Martins Sarmento, não tem o direito de estadear perante o público tanta inferioridade. Se nos fosse necessário demonstrar a que baixesa aquilo chegou, bastar-nos-ia pôr em destaque sem comentários a desgraçada entrevista a que vamos responder.

Citamos factos, apresentamos argumentos, nos nossos dois artigos, que, do coração o afirmamos, bem quiséramos que fossem só um produto de uma imaginação transviada, sem consistência, sem qualquer base na realidade. Mas o palavriado do sr. director varre-nos esse desejo, que nunca chegou a ser uma esperança, e, francamente, chegamos a pensar, após a sua leitura, em creditar esses nossos dois artigos, sem uma palavra a mais nem a menos, tam fortes de verdade e razão eles ficaram, esmagando a óca argumentação do tal sr. director.

A que vem a discrição da entrevista ou pouca amabilidade do sr. Dr. Mariano Felgueiras, do seu feitio reservado ou franco, da sua atitude amigável ou inimiga para com a Sociedade, das suas disposições boas ou más acerca do assunto? Para que Dr. Mariano abaixo, Dr. Mariano acima?

O Dr. Mariano Felgueiras, enquanto o deixaram presidir à Comissão Executiva da Câmara, procedeu sempre, assim o supomos, no exercício dessas funções, com toda a correcção e todo o respeito que devia aos seus colegas e a si próprio. Ele nunca poderia, quando procurado como representante do Município, responder outra coisa que não fosse a promessa de advogar junto dos seus colegas as pretensões que se lhe afigurassem justas. Nada mais poderia acrescentar à parte já — insisti-

mos neste termo que lamentamos não ter agradado — da direcção que o procurou. Nem reservas, nem inconfiências, nem antecipações, pois quem havia de ponderar e resolver era a Câmara, onde ele só tinha um voto, que era o seu.

Mas, deixemos, o sr. Dr. Felgueiras em paz, e vamos ao palavriado que se refere ao contrato.

Diz o sr. director que o subsídio de 10 contos não representa esmola e que, pelo contrário, não passa de justa ou minguada remuneração do pesado e custoso encargo da manutenção da biblioteca municipal. E como também acrescenta que esta biblioteca não passa de 2000 volumes, ai temos nós que, para conservar e administrar tal biblioteca, 10 contos é coisa exígua! Passe o sr. director os 2000 livros que ainda restam para a Câmara e esta, facilmente, deles cuidará, deixando-os ler a quem desejar, por muito menos dinheiro.

Da maneira como a Sociedade tem zelado por esses livros basta olhar para as teias de aranha que os cobrem.

Acrescenta que os interesses das duas partes, Câmara e Sociedade, ficam no contrato com garantia assegurada. Se não fosse o muito respeito que queremos ter por todos os que conosco terçam armas, deixaríamos fugir da pena o termo próprio que uma resposta condigna a tal afirmação exige. Quais são os interesses da Câmara que ficaram assegurados com garantia, se do contrato tais interesses não constam além do da manutenção da biblioteca, e este sem garantia alguma?

Acrescenta o sr. director que da parte da Câmara foi apresentado um projecto de contrato que só por crianças ou estúpidos podia ser aceite.

Vejamos. Esse projecto tinha em vista os seguintes fins:

- 1.º Assegurar à Sociedade uma vida desafogada.
- 2.º Garantir os direitos da Câmara e do público sobre a biblioteca, de modo que a biblioteca municipal não fosse diminuída à custa da engorda colossal da da Sociedade e que o público não continuasse privado da sua leitura.
- 3.º Impedir que o dinheiro do subsídio fosse gasto em sinecuras para amigos e que a vida desafogada da Sociedade servisse para melhor poder continuar na sua atitude de evidente propaganda de politica retrógrada ou de mesquinhas espantosidades de vaidosos inúteis.

Para estas três finalidades foram redigidas as suas cláusulas. Bem ou mal? Com mais ou menos felicidade? É o que competia verificar em discussão entre representantes das duas partes.

Fez-se isto? Não. A Sociedade disse, sornamente, por quem de direito, que era rica, que não precisava do dinheiro da Câmara, nem da Câmara queria saber para coisa alguma.

Não foi, portanto, inopinadamente, que o presidente da Câ-

mara, fez saber, depois de, durante longos meses, ter esperado por uma resposta, que se julgava desobrigado de manter a sua promessa de defender perante a Câmara o projecto apresentado.

Fê-lo quando lhe assistia, dentro de boa correcção, todo o direito de o fazer e também depois de a Câmara se ter oferecido a conveniente oportunidade de ponderar se aos interesses do Município não conviria mais administrar directamente a sua biblioteca, abandonando a Sociedade às suas riquezas próprias e deixando-lhe a liberdade de torcer os fins para que foi criada, a sua plena vontade.

Havia que pensar se seria ou não conveniente evitar, por todos os meios, que a biblioteca municipal nunca passasse dos seus 2000 volumes ao lado de outra, meramente particular, que começando por nada, já ia em 40000 volumes. Para onde terão ido todos os livros que teem sido oferecidos à biblioteca pública? Como se tem feito a discriminação entre os que se destinam à biblioteca da Sociedade e os que pertencem à da Câmara? Como é que, aparte os livros de Sarmento, a biblioteca da Sociedade engrossa e a da Câmara estaciona?

Além disso, a Sociedade, como diz o sr. director, vive da cota dos seus associados e nada deve aos poderes públicos. Mais liberdade tinha a Câmara de, em qualquer altura, pôr de parte o projecto que lhe tinha sido solicitado.

E, a propósito, veja o público impassível, a sinceridade, a elevação, a verdade e honestidade com que discutem os actuais directores da Sociedade Martins Sarmento! A Sociedade nada deve aos poderes públicos! Como se ninguém soubesse que era do Estado a casa onde está instalada, que foram feitas a custa do mesmo Estado as obras da sua frontaria, e que pelas forças do subsídio da Câmara, durante tantos anos, a Sociedade se manteve, como até da desgraçada entrevista do sr. director facilmente se depreende!

Em troca de tudo isto, e do muito mais que lhe vai dar a Câmara e do que ainda poderá receber do Estado, seria uma coisa absurda, imprópria de se propor a gente de juízo, que a biblioteca em agora, numa miscelânea indistinguível, passasse a ser da Câmara, isto é, de Guimarães, do nosso povo, deste concelho do qual a Sociedade seria parte integrante, acabando-se com uma confusão que a ninguém dignifica?

Mas o sr. director não se limita a dizer que a Sociedade nada deve aos poderes públicos. Acrescenta que, segundo o projecto da Câmara, nem uma conferência poderia realizar-se sem que o assunto e a escolha do conferente fossem submetidos à sanção do presidente da Câmara, collocando-se assim a Sociedade, instituição particular, numa verdadeira subversão da Câmara. Aquele nem é impróprio da dignidade que deve ter, e que muito queremos respeitar, do sr. director. A livre acção da Sociedade apenas era limitada relativamente à nomeação de empregados e à sua

propaganda de carácter político que, a enunciação que o sr. director faz dos conferentes até hoje chamados, desde que a Sociedade eivredou por tal caminho, só vem confirmar no que ela tem de, como dissemos, contrário ao espírito democrático e progressivo.

Não é da parte da Câmara que se poderiam encontrar ódios, nem de ódios — que ideia infeliz! — se trata em toda esta questão. O que se tinha e tem sobretudo em vista é o prestígio da Sociedade. Queremo-lo e compreendemo-lo, talvez melhor do que o sr. director que pela frente nos aparece.

Com a mesma verdade, diz o sr. director que ao presidente da Câmara foi apresentado, por uma nova direcção da Sociedade, um contra-projecto que se aproximava muito das cláusulas do projecto da Câmara. Se fosse verdade que o contra-projecto se assemelhasse muito ao projecto da Câmara, isso significaria que este não era próprio para tolos, como, contraditoriamente, afirma o sr. director. Mas não: o contra-projecto que efectivamente foi apresentado, sem a mais ligeira justificação ou comentário, só copiava do projecto da Câmara as cláusulas que, segundo o critério da direcção da Sociedade, a esta aproveitava.

E não ficou elle, como o sr. director erradamente afirma, na gaveta do presidente da Câmara até hoje, parece que em virtude do feitiço reservado que o sr. director também lhe atribue. O sr. presidente da Câmara tem uma compreensão nitida dos seus deveres de correcção: os factos dissonos tem convencido; e só por supôr nos outros uma mancha de ver porventura semelhante à sua, a respeito de lealdade e boas normas de procedimento, é que o sr. director, ousadamente, vem afirmar que o sr. presidente da Câmara, com ou sem feitiço reservado, guardou o contra-projecto na sua gaveta.

Esse contra-projecto, recebido pouco antes da actual verificação tomar posse, foi a esta apresentado com a exposição completa de tudo quanto acerca do assunto se tinha passado: e sabemos ter sido resolvido aguardar-se nova aproximação da Sociedade, tanto mais que também estava prestes a findar o mandato da sua direcção. Opomos o nosso formal desmentido à afirmação que se faz de que, indirecta e particularmente, por várias vezes, tivesse sido pedida qualquer resposta.

Repetimos que o projecto da Câmara não mereceu a direcção da Sociedade as honras da discussão. O contra-projecto, trazido longos meses depois, sem uma palavra de explicação, sêcamente, não pode ser considerado como propósito de discutir. Depois do que se sabe ter-se passado na Sociedade quanto aos seus propósitos de autonomia, só poderia ser considerado como um ultimatum.

Dizer, incongruamente, que o presidente da Câmara poderia expor a sua maneira de ver, antes de conhecer o contra-projecto, pois, no acto da sua entrega o não poderia ler, e, que pudesse, seria incorrecto manifestar-se antes de se entender com os seus colegas, é maldosa maneira de discutir. Acrescentar que facilmente se poderia, nessa ocasião, chegar a um acôrdo, com um largo espírito de conciliação e mútua transigência, é asneira, depois de se ter afirmado que o projecto da Câmara era uma consequência de ódio contra a Sociedade e próprio para ser considerado só por quem fosse de infantil ingenuidade ou crassa estupidez. Afirmar, ainda, que o presidente da Câmara rasgou ou guardou para si qualquer resposta da Sociedade é acto indigno de quem discute de boa-fé e com probidade, devendo saber, como é lícito supor-se, que nenhuma resposta pela Sociedade foi dada, nem outra coisa entre-

que além do contra-projecto aludido.

Isto vai longo. Só o interesse que temos pela Sociedade nos obriga a esta resposta que a entrevistado do sr. director, por si só, está bem longe de merecer.

Passando a rir, pela afirmação do sr. director de que a Sociedade não tem que dar satisfações pelo facto de ter ou não ter à disposição do público a biblioteca pública, registando que o contrato que a Sociedade tem pedido, não é para esta motivo de favor e simplesmente representa uma medida económica para o Município, pondo de parte outras tolices mais, de somenos importância, terminamos afirmando: tudo quanto dissemos nos dois artigos publicados, acerca da Sociedade, ficou de pé. O sr. director veio só dar-lhes uma força de que não necessitavam, mas que nem por isso desprezamos. Se não fora a falta de espaço, publica-los-íamos de novo, sem alteração de uma palavra.

E, ou seja ameaça ou aquilo que o sr. director quizer, mantemos, firmemente, a nossa opinião: o contrato a fazer-se ou já feito não será respeitado por qualquer verificação pertencente ao Partido Republicano Português.

Luz eléctrica

De há tempos para cá a luz eléctrica tem-se dignado aparecer tarde e a más horas, pois o sol já há muito que tem desaparecido, é escuro como breu e ainda a energia está mergulhada num profundo letargo. Depois, arrastadamente, lá aparece mas muito fraquinha — benza-a Deus — a brilhar, como pirilompos, nos candieiros.

Causa desta debilidade: a falta de água que nesta quadra do ano escasseia. Bem sabemos isso. Todavia, deve haver meios e processos de evitar tais precalços.

Nos anos transactos berrava-se e barafustava-se que a Câmara e os fornecedores da energia, eram amigos e compadres e que por isso não faziam cumprir a letra dos contratos.

Hoje, que a Câmara e fornecedores não são amigos nem compadres, sucede precisamente o mesmo.

Ora bom seria que a actual Comissão de intrusos tratasse de assegurar o fornecimento de energia eléctrica à cidade, que não pode estar privada de um elemento que é hoje de necessidade imperiosa.

Façam ao menos alguma coisa neste capítulo se querem trabalhar em prol dos interesses cívicos.

«O Rebate»

Este nosso estimado colega, órgão das comissões políticas do P. R. P. em Lisboa, que tanto se tem distinguido pela coragem e desassombro com que sempre tem defendido a República, foi intimado a suspender a sua publicação, certamente em nome da moralidade triunfante, tendo esta medida causado, como é natural, o maior desgosto público.

Não fazemos comentários por inúteis.

Apenas um alvitre ao governo: Suspensão total de toda a imprensa periódica com excepção do «Diário do Governo».

E' quanto basta.

Máquina fotográfica

Vende-se uma de 13x18, com disparador automático, tripé e mais acessórios.

Informa-se: Rua da Republica, 88.

Sátiras Modernas...

(Secção alegre)

II

«Por sobre a nudez crua da Verdade
O manto diáfano da Fantasia...
Disse-o o Eça há já uma eternidade
E estes dois liudos versos, hoje em dia,
Estão mesmo a propósito... se estão!...
E sabem para quê? Eis a questão...
O Hamlet disse-o assim, em voz roufenha:
— Ser ou não ser... eis a questão... —

A Penha
Olhai-a, que bonita!... Iluminada
Assim pelo deus Febo até parece,
No alto, uma santinha immaculada
Erguendo as mãos ao céu em doce prece!...
Talvez sonhe um hotel p'rá sua beleza
E diga a Guimarães: — a tua riqueza,
Que o estômago burguês tanto empantarra,
Só serve p'ra dormir... dormir na burral...
...Que ela pega talvez (razão aos quilos)
Aos homens de ciência, escrupulosos,
Que não a empeste mais o ruim bacillus
Daquelles que... tuberculosos...»

Alma, saúda a Penha, assim, num grito:
Que linda que ela é mesmo ao abandonol...
E' um mar encapelado de granito
Onde voga, ao cimo, o Pio-Nonol...

Caluda!... Mais baixinho... Os deuses vão
Com as calças na mão,
Afritos em toda correria,
Abrir a tampa à enorme desint'rial...

As ruas da cidade, agora, sim!...
Cheiram a alfazema e violetas!...
Parecem todas elas um jardim
Onde voejam léguas borboletas!...
Já não se ouve, não, pelos passeios,
Já não se vê, não, pelas esquinas,
Homens de cobarinhas, em gorjeios,
A porem ovos finos, coisas finas!...

E o vinte?! Então o vinte?! Tudo dorme
Na paz de Deus louvado o sono enorcel...
Mas tudo era de pé, de riso franco,
Sinos e foguetório imenso à farta,
Se fosse p'ro pagode azul e branco
Com o lino da carta...

Guimarães! Minha terra! O' berço-amado:
Descançar! O sol virá...
E quando ele chegar serás vingado
E o vinte voltará!

Setembro de 1926.

DELFIN DE VIMARANES.

A Escola Industrial e a sua exposição

Guimarães é uma cidade que, embora lentamente, faz eco na estrada do progresso. De há muito que todos os sintomas se harmonizam numa viva afirmação, qual seja a que ora acima formulamos. Há no seu meio sinais indiscutíveis de prosperidade. E um, que ostensivamente parece realçar, é a já famigerada Escola Industrial que tomou por patrono a Francisco de Holanda — o conhecido artista português do século XVI. De facto, é muito fácil ouvir a um visitante a nomeada deste importante estabelecimento de ensino técnico, que fem, na sua vida, uma já razoável tradição.

Esta Escola é aquela que, entre os actuais estabelecimentos, remonta a mais antiga fundação. E podemos, sem favor, asseverar que há caminhado a par da civilização, munido-se de materiais indispensáveis a um salutar aproveitamento prático, especializando-se em determinadas cadeiras.

Hoje há em si uma notável ampliação. A a mocidade do comércio pode ali colher os conhecimentos imprescindíveis do seu futuro, ilustrando-se, para que amanhã se não diga de hoje o que hoje se diz de ontem — isto é: o moderno comércio não pode cingir-se á parca illustração das gerações passadas. Os rapazes podem ali beber esses hodiernos meios de vida. Porque o Curso Commercial, que se abriu no ano findo, oferece-lhes essas garantias, tendo no professorado verdadeiros apóstolos do ensino. Além disto, a diversidade de cadeiras é uma incontestável demonstração da sua utilidade, um aviso da sua urgente necessidade.

Já o sexo feminino pode frequentar também a sua respectiva secção, colhendo disso uma eficaz educação manual que, além de relevante, é um dos mais belos adornos da mulher. A' frente des-

ta secção está uma senhora assaz conhecida pelas suas altas qualidades de educadora. Logo, podem as meninas aproveitar este benefício na certeza de muito lhes ser útil o pequeno esforço duma assídua frequência.

Porque é lisonjeiro enumerar-lhes, entre muitos outros, os seguintes trabalhos do programa: — a pirogravura em todas as suas applicções, a costura, variados crochês e rendas de bilros, Viana, Peniche, etc., bordados a branco e matiz, flores artificiais e frutos de fantasia em sêda e cera, etc.

Depreende-se pois desta froixa indicação que os efeitos desta educação prometem ser um gigantesco passo na cultura feminina; e, assim, podem e devem preencher o todo duma boa dona de casa.

Há nesta Escola a velha praxe de expor, todos os anos, os trabalhos que dia a dia criam forma na labuta incessante dos escolares. O desenho, essa arte de expressões que tanto exulta, tem ali o apanágio dum culto. Visitamos a Exposição desses trabalhos. E' nos forçoso salientar, para descarga de consciência, o quanto nos deixou impressionados aquela matizada confecção de côres exprimindo atitudes, vincando caracteres. O desenho é nítido; a pintura é sã. A variada colecção de trabalhos que ora se expõe honra a Escola e o consagrado mestre, Abel de Vasconcelos Cardozo, que exorta a mocidade a persistir na bela arte e lhe faculto o seu alto significado, desde as mais rudimentares noções de estética ao trato familiar das tintas. Nada mais natural que a sua convivência dê aos alunos o verdadeiro rumo desta enlevante occupação. Porque o bom mestre faz bons alunos. Há desenhos, sombreados a craion, muito invulgares em rapazes dessa idade. Alguns dêles chegam mesmo a revelar pequenos artistas na expressiva verdade das linhas.

Há em todas essas figuras um sentimento vago e ungas como que uma frescura real na fecundia louçã dos gestos instantâneos.

Há também certa precisão no desenho de máquinas, o que denota uma boa orientação.

A Exposição é a mais eloquente afirmação dos altos méritos dum professorado, brioso e competente, que tem dado a esta Escola um verdadeiro impulso a que a cidade, infelizmente, corresponde mal. E' evidente que não a frequentam os que mais dela carecem. Uma Escola que se impõe por tantas e tam diversas virtudes devia, com efeito, ter outro acolhimento.

Ao contrário, porém, é mais fácil ver os rapazitos a divagar por essas ruas que a passar algumas horas nocturnas naquela Escola, sempre aberta para elles e sempre por elles desprezada.

Porque uma lei os não obriga a passarem ali uma parte da noite; porque uma negligência os arrasta; porque os pais são geralmente pouco cuidadosos.

O operário podia conseguir o que os seus antepassados jamais sonharam conseguir. Prefere, não obstante as suas mais exigentes necessidades, passar o precioso tempo de descanso na taberna. Ora, as Escolas Industriais foram instituídas proposadamente para lhe beneficiar a sua escassez espiritual, bem como para fazer dele alguém na sociedade.

Agora temos outra censura a frisar aos empregados commerciaes que parecem ver pelo mesmo prisma. Bem deviam frequentar o «Curso Commercial» que, para glória da cidade, tem predicados como nem todas hão-de ter: — o professorado. E' este o seu melhor reclame.

A Exposição pode ser visitada das 11 às 14 horas do dia e das 19 1/2 às 21 1/2 horas da noite.

AGRADECIMENTO

Em 5 de Agosto passado, publicávamos nós, num artigo em que criticávamos a organização da Comissão Administrativa da Câmara, uma análise a cada um dos membros que a compõem, para demonstrarmos que nenhum dêles era alheio aos partidos políticos ou estava integrado no espírito do movimento militar de 28 de Maio, condições estas que afirmamos serem indispensáveis para que se justificasse a sua escolha para a referida comissão.

E, acerca do sr. Dr. Oliveira, dizíamos o seguinte:

«Dr. David de Oliveira. Não entrou no movimento. Patece que o reprovou, atendendo ao que se tem escrito no jornal de que é director. Na sua terra é democrático, aqui não tem querido filiar-se, naturalmente por aversão aos seus correligionários de Guimarães. Já foi solicitada a inclusão do seu nome numa lista democrática para eleições de Câmara.»

Isto, parece-nos, é claro como água limpa. Serve para mostrar que o sr. Dr. Oliveira não é estranho aos partidos e que, ainda há pouco tempo, se mostrou disposto, a consentir que o seu nome fosse incluído numa lista eleitoral de carácter retintamente partidário.

Apesar, porém, de tanta clareza, quis o sr. Dr. Oliveira ter a bondade de, pela maneira mais gentil, vir confirmar tudo o que dissemos, em carta que a si próprio dirigiu e fêz publicar no número do seu jornal datado de 3 do corrente.

Cumpre-nos agradecer tanta amabilidade e, para retribuirmos no que nos fôr possível, a deferência que sua ex.^a para connosco teve, e que tanto nos sensibiliza, permitimo-nos umas ligeiras observações aos esclarecimentos que o sr. Dr. Oliveira entendeu dever juntar à sua confirmação do que a seu respeito dissemos.

Sua ex.^a, de certo, não estava com a habitual lucidez do seu espírito quando, passado um mês, foi descobrir nas palavras que acima transcrevemos a evidência de um propósito de afrontar. Elas aí ficam para que o público seja juiz. E connosco fica também a certeza de que se sua ex.^a, hoje, as reler, em melhor disposição, facilmente reconhecerá que nelas nada há de afrontoso, nem outra intenção que não seja a demonstração da tese que tínhamos em vista.

Também supomos que deve haver confusão na afirmativa que faz de que os dirigentes do partido democrático haviam imposto, para atenderem o pedido que lhes foi feito de o incluírem na sua lista, a filiação de sua ex.^a em qualquer centro. Provavelmente, o que terá sido respondido a quem fêz o pedido, será que, tratando-se de uma lista de carácter partidário, só elementos filiados no Partido nela poderiam ser incluídos e que, ao sr. Dr. David de Oliveira, faltava essa qualidade, pois não está inscrito no respectivo cadastro.

Diz ainda o sr. Dr. Oliveira que a «Velha Guarda» se atira com unhas e dentes aos republicanos que não pertençam ao partido. Que admiração! Pois se a «Velha Guarda» é um jornal partidário, deve estar impedida de criticar e discutir a vida pública e os actos políticos dos seus adversários, sejam elles monárquicos ou republicanos?

E, feitas estas ligeiras observações, a que a muita consideração que temos pelo sr. Dr. David de Oliveira nos obrigou, mais uma vez reiteramos a sua ex.^a a nossa gratidão sincera pelo valioso e decisivo testemunho que, gentilmente, nos trouxe.